

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - DERI

INA IARA DA ROSA ALVES

A interação entre o rural e o urbano e sua importância para o desenvolvimento rural no município de São Francisco de Paula, RS

Porto Alegre

2013

INA IARA DA ROSA ALVES

**A interação entre o rural e o urbano:
Uma análise do processo de desenvolvimento rural no município de São Francisco de
Paula, RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil

Porto Alegre

2013

INA IARA DA ROSA ALVES

**A interação entre o rural e o urbano:
Uma análise do processo de desenvolvimento rural no município de São Francisco de
Paula, RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil

Aprovado em: Porto Alegre, ____ de _____ de 2013

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza

UFRGS

Ao Toledo,
à Larinha
e a meus pais, Cícero e Isabel.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa caminhada de 6,5 anos tenho muitas pessoas a agradecer, dentre elas as principais são:

Aos meus pais por serem exemplos, por me incentivarem sempre, pela paciência e por sempre me ensinarem que conhecimento deve vir em primeiro lugar;

Ao meu pai por acreditar no meu potencial para ingressar na UFRGS e por me influenciar inconscientemente na escolha do curso;

A minha mãe por não admitir desistência frente às dificuldades e pelo especial auxílio na reta final;

As minhas irmãs, Ana e Ná, por todo o apoio de sempre e pelo incentivo na reta final;

A Isa, minha irmã, pelo especial auxílio nesta última etapa e por ser a principal influência por algumas das minhas escolhas nestes anos;

Ao meu noivo, Toledo, por todo o apoio incondicional, por não medir esforços no dia a dia, pela motivação, por me pressionar nas horas certas e pelo amor de sempre.

A minha sogra, Célia, por ter cuidado da Lara na fase final.

A minha filha, Lara, por dormir tão bem todas as noites e por me perdoar pelas ausências.

Ao professor da disciplina, Prof. Dr. Flávio Fligespan, pelas diretrizes e auxílio nos momentos decisivos.

Ao coordenador do curso de economia, Prof. Dr. Leonardo Xavier, pela disponibilidade e paciência.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Waquil, pelo auxílio na organização e construção do trabalho, mas principalmente por ter muita paciência e por motivar deixando claras as dificuldades.

RESUMO

O município de São Francisco de Paula é o 15º. município em extensão territorial do estado do Rio Grande do Sul, porém seu desempenho econômico está condicionado a atividades mais extensivas por fatores principalmente culturais e devido ao seu vasto território. Há um grande potencial a ser explorado no município especialmente na exploração mais intensiva. Visa-se buscar alternativas para o desenvolvimento através do turismo, da pluriatividade, da introdução de serviços na área rural. O objetivo geral deste trabalho é discutir alternativas para o desenvolvimento do município, explorando economicamente a área rural, e demonstrar a importância das interações entre a área rural e urbana para se alcançar a evolução econômica. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica a fim de coletar informações sobre o município, bem como autores que estivessem engajados em buscar soluções para o desenvolvimento rural sustentável, através do estudo das interações entre rural e urbano e suas consequências. Com este trabalho foi possível desenvolver um novo olhar para o desenvolvimento do município, sendo que o desenvolvimento rural não deve estar exclusivamente vinculado ao setor primário e introduzindo os serviços na zona rural como alternativa para a geração de renda. As políticas públicas do governo local de São Francisco de Paula tem a partir deste trabalho uma nova visão para as suas formulações que abrange a manutenção da população rural e a agregação de valor através da pluriatividade e atividades não agrícolas nas propriedades rurais.

Palavras chave: Desenvolvimento rural. Urbano. Pluriatividade. São Francisco de Paula.

ABSTRACT

The county of São Francisco de Paula is the 15th county in territorial extension of the state of Rio Grande do Sul, but its economic performance is limited to extensive activities mainly because of cultural aspects and its vast territory. There are a great potential to be discovered in the county especially in intensive activities. The intent here is to pursue alternatives to development through tourism, pluriativity and introduction of services in the rural area. The general objective on this paper is to discuss alternatives to the county development, exploring the rural area economics in order to demonstrate the importance of the interaction between rural and urban areas to pursue the economic development. It was made a bibliography review to collect information about the county, as well as authors committed to pursue solutions to the sustainable rural development, through the interactions between rural and urban etude and its consequences. Thus it was possible to develop a new view to the county development, unlinking the rural development to the primary sector solely and introducing the services in the rural zone as an alternative to generate revenue. The public actions of the local administrative of São Francisco de Paula has from this paper a new way to its formulation that covers the maintenance of the rural population and the value aggregation through pluriativity and non-agricultural activities in the rural properties.

Key words: Rural development. Urban. Pluriativity. São Francisco de Paula.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos

Gráfico 1: Valor adicionado por setor de São Francisco de Paula	34
Gráfico 2: Arrecadação de ISSQN de São Francisco de Paula	35

LISTA DE SIGLAS

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento

EMATER – Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDESE – Índice de Desenvolvimento Sócioeconômico

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Objetivos	13
1.2	Justificativa do estudo.....	14
2	DESENVOLVIMENTO	16
2.1	As interações entre rural e urbano	19
2.2	Políticas Públicas e Ruralidade.....	21
3	O PERFIL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA	26
3.1	Histórico do Município.....	26
3.2	Características físicas.....	27
3.3	Aspectos demográficos	28
3.4	Economia e sociedade.....	28
3.5	Inserção Regional	29
3.6	O papel do governo local	30
4	A ANÁLISE DO MUNICÍPIO	34
4.1	O Produto Interno Bruto municipal e o setor de serviços.....	34
4.2	A importância do turismo	35
4.3	As políticas públicas e as interações entre o urbano e o rural	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é hoje um objetivo da maioria das políticas formuladas pelos governos em todo o mundo. Para garantir políticas eficientes, alinhadas com os objetivos de longo prazo e voltadas para a necessidade de cada local ou microrregião, as políticas públicas poderiam estar baseadas em estudos sobre a realidade de cada município, já que o país apresenta extrema diversidade cultural e geográfica. A federação organizada hoje no Brasil permite que os governos locais sejam mais próximos da realidade de cada município, possibilitando, desta forma, políticas públicas e alocação dos recursos especificamente destinadas à realidade local.

Nesta discussão sobre o desenvolvimento regional, devemos considerar a interação entre rural e urbano, sendo esta de extrema importância, pois ambos exercem influências entre si. De forma direta, podemos observar que atividades tanto da área urbana quanto rural que poluam rios e lagos refletem diretamente em externalidades em todo o território, seja uma cidade vizinha ou uma propriedade rural próxima. Logo, é necessário que se pense no desenvolvimento rural sempre considerando as consequências que teremos nas áreas urbanas, assim como quando se pensa no desenvolvimento urbano é necessário considerar as consequências na área rural.

Nas décadas de 1960 e 1970, o rural ainda era visto como sinônimo de atraso, o desenvolvimento estava sempre conectado com urbanização. Entretanto, com a diversidade existente em todo o Brasil e mesmo no Rio Grande do Sul não se pode considerar que somente territórios urbanizados sejam desenvolvidos. A estratégia de desenvolvimento do país foi reformulada nos anos 1980 e 1990 devido à crise da dívida pública, assim a agricultura familiar passou a ser pauta das políticas de desenvolvimento. A questão relevante destas formulações é que não se pode desconsiderar o dinamismo dos territórios não urbanizados, tão ou mais complexos que as áreas urbanas. Conforme enfatiza Schmitter (1985), os interesses divergem, não somente nos âmbitos municipal, estadual e no país, mas também nos mesmos níveis essa diferenciação de interesses também ocorre. Para se manter o foco adequado das políticas públicas é necessário um estudo da dinâmica existente em tais territórios.

O presente trabalho apresenta uma revisão da literatura acerca do desenvolvimento, das interações entre rural e urbano; disserta sobre políticas públicas; e caracteriza o cenário atual de São Francisco de Paula, comparando-o com o cenário da região em que está inserido, onde se encontram atividades agrícolas como pecuária extensiva e intensiva, vastas áreas de

monoculturas e reflorestamento, bem como áreas em que o turismo e a indústria tem papel relevante, mas mantendo a ligação destes com a agricultura. As atividades de toda a região demonstram uma grande interação entre urbano e rural, percebe-se que o turismo se utiliza da agropecuária para ser mais atrativo aos seus clientes, também as monoculturas e os reflorestamentos necessitam da indústria e comércio da área urbana para se sustentar. Procura-se, assim, caracterizar as particularidades do município, demonstrando que as ações do governo local necessitam levar em consideração as interações entre o urbano e o rural, tão diferentes entre os municípios da região e extremamente relevante para se estudar o desenvolvimento rural. Conforme enfatizou Veiga (2000), o desenvolvimento rural não pode ser separado do desenvolvimento urbano, tanto quanto não é possível que haja desenvolvimento agrícola sem desenvolvimento comercial e industrial. Levando-se em conta que o rural não é um território isolado e que ele está inserido em um município com uma área urbana, onde a população é mais concentrada, considerações serão baseadas no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outra variável a considerar será a composição do Produto Interno Bruto (PIB) no decorrer dos últimos anos, com o objetivo de avaliar a importância da agropecuária para os resultados econômicos do município.

Contrariamente às projeções e às previsões, que tendem a ser essencialmente quantitativas e a ter poucos pressupostos, os cenários são narrativas lógicas que procuram justamente lidar com as mais prováveis mudanças de rumo. Ao explicitarem visões de mundo alternativas e desafiarem as posturas convencionais, os cenários ajudam a identificar problemas que podem estar na penumbra, mas são cruciais para o desenvolvimento humano. (VEIGA, 2000, p. 82).

Dessa forma, o presente trabalho busca fazer o estudo do cenário de São Francisco de Paula, a fim de buscar eventuais incorreções na realidade do município para que, a partir daí, tenhamos sim um planejamento público voltado para o desenvolvimento regional, focado em questões locais. Visa-se buscar as relações entre as políticas públicas e o desenvolvimento rural do município, ou a falta dele. São Francisco de Paula é um município com grande extensão territorial rural com uma baixa densidade populacional e uma pequena área urbana onde se encontra mais da metade da população. A escolha por este município se deu devido a neste território ficar nítido que maiores investimentos públicos, tais como, estradas e acesso a educação e saúde fariam muita diferença, viabilizando um maior desenvolvimento econômico, possibilitando a permanência da agricultura familiar que, nitidamente, perdeu espaço nos últimos anos. Além disso, é um município com uma infinidade de recursos naturais, sendo o décimo quinto município em extensão territorial do estado e se diferencia do

restante dos municípios da região em que está inserido. No município em questão a realidade econômica necessita ter foco diferente da urbanização, tendo em vista sua extensão e potencial econômico. Por fim, acredita-se que as interações entre rural e urbano não sejam levadas em consideração pelos formuladores de políticas públicas do município, considerando alguns gastos da prefeitura municipal. Em 2013, de acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado, um montante de 11 milhões de reais foi reservado para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, sendo 5 milhões destinados a manutenção das atividades da secretaria, em torno de 400 mil reais para a aquisição de equipamentos e 58 mil reais para a manutenção de vias no ano de 2013. Ainda com base nos dados do Tribunal de Contas do Estado, em todo o ano de 2012, foram gastos em torno de 580 mil reais em turismo, somente 10 mil deste montante foi utilizado para melhorar a infraestrutura de uma estrada na área rural. Estes são exemplos da pouca importância que o governo local dá para obras básicas necessárias para a área rural onde, muitas vezes, nem o mínimo para uma vida digna se tem. Portanto optou-se por considerar este território para análise.

1.1 Objetivos

O presente trabalho apresenta o cenário atual do município, inserindo-o na região, com o objetivo de discutir alternativas para o desenvolvimento da região, explorando economicamente a área rural de forma sustentável e demonstrando a importância das interações da área rural e urbana. Tal objetivo, por consequência, traz a necessidade de analisar as políticas públicas que podem servir para incentivar o desenvolvimento do município.

O rural e o urbano não poderiam ser vistos separadamente, conforme Rodrigues (2009). E conforme Veiga (2000) essa separação ocorreu recentemente, mas a dualidade não existe desde a capitalização da agricultura; portanto, apresenta-se aqui uma reflexão sobre as interações entre rural e urbano. O rural vem perdendo sua auto suficiência com o passar dos anos, já que a especialização da agricultura introduziu as máquinas, as propriedades rurais passaram a contratar cada vez mais trabalhadores temporários, a introdução de infraestrutura básica no campo, como eletricidade, fez com que o rural acabasse de certa forma dependendo da área urbana para fornecimento de alguns produtos antes abastecidos pela autosuficiência da propriedade. Tal discussão, portanto, vai muito além da questão de desenvolvimento sustentável e de como levar as facilidades das cidades para o campo, mas na questão de como esses dois territórios dinâmicos e diferentes estão relacionados.

Serão apresentados argumentos que mostram o quanto os investimentos do governo podem proporcionar o desenvolvimento rural visando uma reflexão sobre as oportunidades de desenvolvimento partindo de investimentos do governo municipal e da realidade econômica em que hoje o município está inserido e suas atividades. Espera-se, então, que a partir dos investimentos públicos sejam feitas melhorias que atraiam investidores privados para o município. As políticas públicas são de extrema importância para a agricultura. Conforme Conterato (2007), para o fortalecimento da agricultura familiar é necessária a ampliação de sua legitimidade e de alterações que reduzam sua dependência, tendo, assim, papel fundamental.

1.2 Justificativa do estudo

Olhando-se para o território de São Francisco de Paula é perceptível a enorme área rural com pequena concentração populacional. A área urbana tem uma maior concentração em termos populacionais, porém poucas indústrias, o que nos faz assumir que a área rural tendencialmente será de suma importância para a geração de renda do município. Logo, aparecem algumas questões: como fazer com que investir nesta área seja atraente tanto para os munícipes quanto para pessoas e empresas vindas de fora? Como evitar que o êxodo rural torne-se um problema e, ao mesmo tempo, dar condições para que esta área seja atraente para que trabalhadores vivam nestes locais? Como manter os moradores destes locais inseridos economicamente no município, tendo uma relação de consumo e dependência da infraestrutura disponível nesta cidade e não nos municípios vizinhos? Todas estas são questões que ficam na mente de quem visita São Francisco de Paula, além do forte potencial turístico ainda não totalmente explorado.

É de senso comum que os municípios buscam o desenvolvimento econômico, porém não se pode esquecer que o bem-estar social tem papel relevante e observando como tem sido a vida nas grandes cidades onde a população sofre com poluição sonora, visual e ambiental, problemas como trânsito lotado, a falta de tempo para cuidar da saúde, para ficar com a família são temas que estão ainda distantes de serem problemas em São Francisco de Paula. Então, como se explica o baixo crescimento de um município que notavelmente tem potencial para disponibilizar bem-estar para a sua população?

Mesmo as humilhantes condições de vida geradas pelo acelerado crescimento de cidades que se amontam em conurbações, metrópoles e megalópoles, não chegam a eliminar as pressões emigratórias sobre populações que se tornam redundantes e, cedo ou tarde, se consideram os párias de sociedades que não valorizam o interior e ainda menos a vida no campo. (VEIGA, 2000, p. 7).

Tem-se que encontrar alternativas para que o desenvolvimento e o crescimento econômico cheguem aos territórios rurais, fazendo com que não sejam perdidas as características de município rural, tal qual temos em São Francisco de Paula, onde a população pode viver tranquilamente em um ritmo diferente dos grandes polos. Uma preocupação que se tem atualmente é entender qual o papel dos governos locais na manutenção de territórios como este, em que a população pode viver com alto bem-estar, mantendo a sustentabilidade ambiental, sendo, ao mesmo tempo, geradores de renda e estejam inseridos na economia do país de forma a evitar que sua população economicamente ativa (PEA) migre para outros territórios.

2 DESENVOLVIMENTO

O debate sobre o desenvolvimento está em voga de maneira genérica há muito tempo, por este motivo, inúmeros autores engajados na questão do Desenvolvimento Rural têm enfatizado a importância de se discutir este tema de forma específica para a área rural e percebe-se que o conceito genérico de desenvolvimento sugere melhorias também aplicáveis e relevantes ao meio rural. Segundo Bresser-Pereira (2006), uma sociedade é capaz de integrar as instituições formais e políticas econômicas para que assumam um caráter nacional de estratégia de competição internacional, o que aumenta as chances de que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas. A importância de integrar políticas sociais e as instituições em prol tanto do desenvolvimento rural quanto do desenvolvimento urbano são formas que potencializam o desenvolvimento econômico, que é almejado por todos os governos e países.

Com o passar do tempo, o ideário de desenvolvimento de forma genérica foi sendo abandonado e conceitos novos como desenvolvimento sustentável foram surgindo. No mundo atual onde há inúmeras discussões acerca do desenvolvimento sustentável, há a necessidade da ampliação do mercado de trabalho, ampliação produtiva devido ao aumento populacional e o consequente aumento do mercado consumidor. “A grande questão que se impõe é como sustentar níveis de consumo tão elevados, e que tendem a crescer haja vista o aumento de renda e a inclusão de mais pessoas no mercado consumidor, com recursos naturais finitos.” (MALLMAN, 2011, p. 47). Atualmente, os espaços remanescentes com estas características estão buscando alternativas para se manterem na economia de forma representativa. O desenvolvimento sustentável sugere uma integração das questões sociais, econômicas, culturais e ambientais, assim como o desenvolvimento tecnológico, com utilização consciente dos recursos naturais e mantendo-se as características sociais.

A busca pelo desenvolvimento rural sustentável deve ocorrer de forma que o foco principal não esteja somente ligado a modernização da agricultura, maior produtividade, pois, em geral, tendem a degradar o meio ambiente, segundo Filippi (2006), especialmente esgotando a fertilidade do solo e poluindo as águas. É interessante que se combine o crescimento da produção com a preservação do meio ambiente, e por isso o desenvolvimento tecnológico, as mudanças nos padrões produtivos e as interações do rural com o urbano assumem maior importância.

No Brasil, ao longo dos anos foi nítida a alteração da forma de pensar o desenvolvimento, refletindo em políticas públicas que buscaram descentralizar as decisões acerca da questão do desenvolvimento, segundo Schneider (2004). No início do governo FHC

houve a criação de um novo Ministério o MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) encarregado das políticas de suporte à agricultura familiar e reforma agrária, enquanto o já existente MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento) ficou responsável pelas políticas voltadas ao agronegócio e exportações do setor. Já, a preocupação com o desenvolvimento rural e agricultura familiar se intensificou em 1996, quando foi criado um programa de fomento à agricultura, Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Nesta oportunidade a preocupação era conter o êxodo rural, incentivando que a população se mantivesse no campo em atividades agrícolas e não mais migrassem para as grandes cidades em busca de empregos, muitas vezes escassos. A preocupação principal atualmente deve ser outra, as políticas, segundo Schneider (2004), devem estar voltadas para a realocação dos recursos, principalmente terra e capital e a agregação de valor a atividade agrícola.

Uma das maiores e mais bem sucedidas políticas públicas conhecidas no Brasil hoje é o PRONAF. Porém os objetivos, que se propunha era:

Viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares; elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso a novos padrões de tecnologia e de gestão social; estimular o acesso destes agricultores aos mercados de insumos e produtos. Em sua operacionalização, o programa apresenta linhas de atuação para o financiamento da produção, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, e pesquisa e extensão rural adequadas à realidade dos agricultores familiares. (WAQUIL, 2009, p. 214),

não foram suficientes para alcançar o desenvolvimento rural como um todo. Ainda, segundo Waquil (2009), apesar de ter um “bom resultado” no acesso aos recursos, possibilitando ampliação na produção, não abrange as carências de infraestrutura e assistência técnica. Portanto, o PRONAF é um bom exemplo de política pública, mas que não foi pensado como uma forma de atingir o desenvolvimento rural como um todo.

Em territórios onde a principal atividade econômica se baseia na agricultura familiar ainda assim a concorrência, premissa básica do capitalismo, se encontra ativa, com produtores competindo entre si e com as grandes empresas cada vez mais presentes. É perceptível um isolamento de tais produtores dificultando o acesso a novas tecnologias afetando, conseqüentemente, o lucro. O Estado, portanto, poderia intervir nestes territórios, não de forma reguladora, mas tendo como foco o desenvolvimento regional, dando possibilidade e incentivo aos produtores para formarem grupos, tendo assim maior potencial na concorrência com as grandes empresas, agregando valor as suas atividades econômicas.

O desenvolvimento engloba, portanto, além da sustentabilidade, a qualidade de vida, aproveitando que nas áreas rurais se têm mais condições de conciliar vida economicamente ativa com maiores níveis de bem-estar que nas áreas urbanas. Para tanto, é necessário que se mantenham os serviços básicos essenciais para a vida em sociedade. Tal foco pressupõe uma maior preocupação no que tange às políticas públicas, já que o desenvolvimento econômico por si só não traz maior qualidade de vida automaticamente. Para Pierce (1998), sustentabilidade se entende pela compatibilidade entre valores econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais, no equilíbrio entre valores particulares e coletivos, entre os interesses locais e os interesses da sociedade como um todo.

Para alcançar o desenvolvimento rural é necessário que se leve em consideração as mudanças do espaço rural existentes hoje, como a mobilidade do capital, as diferenças no regime de produção, a relação complexa entre tecnologia e ambiente, a regulamentação da economia e as novas estruturas políticas (MACHADO, 2012). Esses são fatores que interferem no espaço rural. A globalização tem influenciado mudanças no espaço rural como novas formas de produção com implementos tecnológicos, industrialização, desmatamento, além das mudanças no modo de vida da população do campo são processos que alteram a paisagem rural, tanto física quanto social e culturalmente, tais mudanças são contínuas e rápidas.

O Brasil é um país extremamente rico em termos de natureza e cultura, portanto sua sociedade e seu relevo é muito diversificado. Desta forma, a agricultura não é diferente. As atividades que vemos no meio rural brasileiro são tão diversificadas que o desenvolvimento rural não poderia ser pensado de forma centralizada pelo governo federal, mas pensado e posto em prática em termos locais. Assim, evita-se que políticas públicas sejam boas para determinada região, mas danosa para a outra parte do país. Conforme Waquil (2009) não é possível caracterizar a agricultura do país, mas a diversidade de agriculturas, o que impossibilita a eficácia de políticas centralizadas sem que se olhe para o detalhe de cada localidade. Como exemplo, tivemos no Brasil incentivos à especialização, ou seja, a monocultura, porém desta forma não é possível alcançar o desenvolvimento rural pleno, pois gera alto grau de dependência. É necessário que o fomento ao desenvolvimento rural, portanto, busque o potencial de pluriatividade das propriedades existentes no meio rural, de acordo com Dal Soglio et al (2006).

2.1 As interações entre rural e urbano

Inicialmente se entendia rural e urbano como opostos. Os estudos até a década de 1990 retratavam um rural extremamente agrícola e um urbano industrializado e com a presença de serviços. A partir desta década que se iniciaram os estudos das interações entre rural e urbano conforme Bicalho (2011). Muito se confundiu, também, desenvolvimento e urbanização, já que por algum tempo as atividades agrícolas eram pouco rentáveis, com pouca mobilidade social, como define Kageyama (2009). A ruralidade foi tradicionalmente definida conforme a ocupação habitacional dos territórios, sendo rural e atividades agrícolas considerados sinônimos, a partir de meados dos anos 50, no período JK e especialmente durante a ditadura militar quando se entendia crescimento econômico como abandono do mundo rural e total incentivo a industrialização. Porém estes não necessariamente estão relacionados, já que rural e urbano devem se desenvolver relacionalmente para que se alcance o crescimento.

É preciso ampliar a velha noção de setor agropecuário para além das atividades produtivas tradicionais (como cultivo e criação de animais) e incluir no espaço agrário a produção de serviços (tais como lazer, preservação do meio ambiente) e de bens não agrícolas (SILVA, 1998, p. 184).

Já se enfatizou que a melhor forma de ocupação do meio rural para o desenvolvimento é por meio da agricultura familiar que segundo Schneider (2004) tem três alternativas: ampliação das atividades, os agricultores familiares buscam a pluriatividade, não se restringindo a atividades agrícolas de acordo com as necessidades e os recursos disponíveis na região, buscando oportunidades fora da propriedade, onde teriam que concorrer com os desempregados da região; podem integrar-se a outras indústrias aumentando a especialização da produção, o que demandaria recursos para financiamento e nem todos os agropecuaristas conseguiriam aprovação para tomada de crédito; e, por fim, poderiam explorar novos recursos da propriedade dedicando-se a diferentes atividades como turismo rural, fabricação de produtos coloniais típicos, artesanato, etc. A pluriatividade, não restringindo a propriedade a atividades agrícolas, é a forma viável de agregar valor às atividades dos agricultores familiares. Porém, deve-se considerar que esta inclusão de novas atividades no espaço rural podem tanto estimular quanto entrar em conflito com as atividades tradicionais e, também, coexistirem, conforme enfatizou Machado (2012).

[...] ocorre um crescimento de indústrias urbanas no rural e de indústria do próprio rural, ou seja, são estabelecidas indústrias associadas, desvinculadas e indústrias no rural e no seu entorno que estimulam ou desestimulam suas atividades. (MACHADO, 2012, p. 126)

Veiga (2000), ao mencionar sobre o padrão Binswanger de agricultura bem sucedida comenta que o Brasil, a África do Sul e a Colômbia adotaram políticas de desenvolvimento rural que acabavam por ocasionar a “expulsão prematura do trabalho” e a partir dos anos 1960 passaram a impulsionar uma modernização que acabou por incentivar o êxodo rural (para as periferias das grandes cidades), aumentando a pobreza e a falência rural. Enquanto na América do Norte, após a Segunda Guerra Mundial, foram adotadas políticas que conseguiram reduzir a pobreza nessas áreas, apesar de naturalmente ao longo do tempo, de forma mais paulatina, também tenha ocorrido falência de alguns estabelecimentos rurais e êxodo rural. Aconselha-se buscar, então, no Brasil, hoje, formas de erradicar a pobreza na zona rural e não apenas visando a modernização via endividamento dos produtores rurais, pois já se viu que, desta forma, os resultados obtidos não são os mais efetivos. De nada adianta focar os investimentos em uma área sem que haja o planejamento do que ocorrerá com os moradores e agentes econômicos ativos da localidade, para que não haja aumento da pobreza que poderá ser refletida também nas áreas urbanas periféricas.

Conforme Almeida (2009) enfatizou, a discussão acerca do desenvolvimento no Brasil se intensificou após a década de 1950 devido a alguns fatores, dentre eles crises sociais onde cita o empobrecimento do rural, levando ao êxodo rural, concentração urbana e conseqüente violência, bem como citou a crise ambiental que decorre da escassez de recursos que deve ser o foco das políticas públicas. O início de tal discussão se deu devido a políticas macroeconômicas, que visavam a substituição das importações e que não tinham nenhum objetivo relacionado com a área rural, e estas políticas terem penalizado a agricultura. Percebe-se a importância das políticas públicas objetivarem a conservação dos recursos naturais existentes nas áreas rurais, mas que as áreas urbanas também têm forte dependência. A migração da zona rural para a urbana faz com que a concentração da população leve ao empobrecimento das áreas nos entornos das cidades, aumentando a violência, pois, em geral, quem sai da área rural não tem condições para manter uma vida digna nas grandes cidades onde a oferta de trabalho de baixa complexidade já se encontra preenchida. Desta forma, os governos locais têm papel relevante constatando as necessidades que a população residente na área rural tem, a fim de evitar o êxodo rural quando motivado por condições de vida ruins.

O rural tem se transformado sendo inserido em processos industriais através da especialização do agronegócio, através da mecanização e aumento da produtividade, intensificada devido as áreas urbanas necessitarem, com o passar do tempo, mais quantidades

de alimentos, por exemplo, e outros produtos vindos do campo. Esta transformação se dá inclusive pelo acesso da população a um mínimo de infraestrutura, aos serviços básicos e um ritmo de trabalho mais humano com a introdução das máquinas, aumentando, assim, o bem estar da população residente no campo. Temos, então, no campo uma necessidade de políticas sociais assim como na área urbana, porém voltadas para a realidade social e cultural da região em questão. Conforme Marques (2002), a estratégia poderá ser voltada para o desenvolvimento social da área rural e não pura e simplesmente na perspectiva econômica e setorial.

O que temos hoje como os principais problemas que podem ser solucionados analisando-se o rural e o urbano são “[...] o êxodo rural, a favelização, a extrema pobreza, o problema habitacional, a implosão das cidades e as dificuldades na geração de empregos” (GIRARDI, 2008, p. 180) . Segundo Graziano da Silva (1999), não se pode mais olhar para o meio rural como um local exclusivo de atividades agropecuárias e agroindustriais, os moradores da área rural tampouco podem ser classificados como agricultores ou pecuaristas, já que muitos hoje estão engajados em atividades que não se assemelham a agricultura ou pecuária. Desta forma, podemos observar que o meio rural tem se inserido em atividades que no passado somente eram exercidas nas cidades.

O desenvolvimento, portanto, não é sinônimo de urbanização, porém deve-se considerar que, segundo Carneiro (2006), as dinâmicas urbanas interferem, definem e condicionam o espaço rural. É necessário pensar no desenvolvimento sem a busca pela urbanização, mas considerando que tanto o rural interfere no urbano quanto o oposto também ocorre. Podemos aqui citar inúmeras externalidades nas áreas rural e urbana que decorrem das atividades exercidas nas áreas urbana e rural, cada uma exercendo assim consequências na outra. Deste modo, não se pode pensar no rural como uma região isolada, mas considerar a realidade local, porém o isolamento da área rural somente levaria ao abandono de um potencial desenvolvimento econômico de qualquer região que o fizer.

2.2 Políticas Públicas e Ruralidade

“Políticas Públicas’ são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado” (TEIXEIRA, 2002, p. 2). Buscam-se ações que otimizem a atividade econômica. Neste caso, o foco está nas atividades econômicas exercidas na zona rural, não esquecendo que esta se relaciona e interfere na zona urbana de formas direta e indireta.

O setor agropecuário contém inúmeras imperfeições conforme comenta Waquil (2009), sendo estas corrigidas ou minimizadas através de intervenção estatal seja ela sob a forma de políticas específicas para o setor ou mesmo políticas fiscais, monetárias, comerciais e sociais que acabam por interferir na agricultura e na realidade dos produtores. O setor está sujeito a imperfeições que podem alterar a distribuição de renda e emprego, interfere diretamente no abastecimento de alimentos, tendo consequências sociais como o êxodo rural. Segundo Delgado (2009, p. 18),

[...] as razões em favor da intervenção do Estado na agricultura estão ligadas a particularidades existentes nesse setor que condicionam a atuação dos agentes econômicos e dos atores sociais, introduzindo imperfeições e falhas no funcionamento dos mercados e gerando resultados que distorcem a distribuição intersetorial da renda e do emprego na economia, prejudicam o abastecimento alimentar doméstico e provocam consequências sociais e políticas indesejáveis do ponto de vista do bem estar econômico e social,

porém as ações estatais poderiam ser utilizadas principalmente para possibilitar que estas imperfeições não mais ocorram, ou seja, a intenção é que o Estado incentive o desenvolvimento na área rural de forma sustentável, fazendo com que o crescimento passe a ser natural, evitando que as imperfeições se iniciem. Dessa forma, ratifica-se a importância de que as políticas públicas poderiam estar baseadas em estudos das realidades locais para que a ação do Estado não se resuma a correção de imperfeições. Tais estudos podem ser baseados em diretrizes trazidas pelos atores sociais, não dependendo exclusivamente do Estado para as formulações.

Para que haja desenvolvimento econômico a experiência ensina que é essencial que as instituições garantam, em primeiro lugar, a ordem pública ou a estabilidade política, em segundo lugar, o bom funcionamento do mercado, e, em terceiro lugar, boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar. [...] (BRESSER-PEREIRA, 2006, pag. 6).

Para a área rural, boas oportunidades consistem, além de condições naturais de clima e solo, as quais as instituições não tem poder para alterar, em fácil acesso para o escoamento da produção e na oferta de mão-de-obra. Tais fatores podem ser facilitados através de investimentos em infraestrutura como, por exemplo, estradas que facilitem os acessos tanto para o transporte dos produtos quanto para a locomoção dos residentes, potenciais ofertas de mão de obra, que, normalmente, necessitam sair da área rural para estudar. Assim, percebe-se a importância de uma boa infraestrutura na área rural. O Estado precisa incentivar que a

população residente em áreas mais remotas não fique isolada do restante da população, à margem da sociedade.

Em 1990, após o fim da Ditadura Militar, os movimentos sociais reivindicavam políticas públicas para os que anteriormente não estavam sendo alcançados por tais iniciativas segundo Filippi (2006). É aí que o mundo rural é olhado pelos governantes, minoria antes “marginalizada” pela ação do Estado. Assim, o Estado fica encarregado de criar políticas públicas que visem ao desenvolvimento rural. Desta forma, percebemos que políticas setoriais agrícolas, como política de preços, renda e inovação tecnológica são funções que o governo federal ou estadual se encarrega. O governo local tem maiores condições de verificar as principais necessidades específicas de cada município, sendo esta a forma mais eficaz de conduzir ao desenvolvimento rural focado no bem-estar e qualidade de vida da população residente nestes locais.

No Brasil, o que se observou durante anos foram políticas públicas partindo do governo central que acabaram agravando as dicotomias do espaço rural brasileiro. Conforme enfatiza Waquil (2009), houve preferência pelos territórios com maior potencial de modernização, deixando de lado as demais regiões. Pode-se perceber também o agravamento do êxodo rural, da concentração fundiária, danos maiores ao meio ambiente, entre outros efeitos negativos, tal forma de política não pode permanecer se o objetivo é alcançar o desenvolvimento rural.

Políticas de fomento não significam facilidade de endividamento, já que por muitos anos no Brasil o fomento à agricultura foi encarado como sinônimo de linhas de financiamento facilitadas aos agricultores, o que, em alguns casos, causou mais endividamento que auxílio na agregação de valor à propriedade rural. Tais facilidades poderiam vir acompanhadas de assessoria aos produtores para que estes utilizem os recursos de forma consciente. O suporte aos agricultores através da extensão também é uma boa iniciativa, porém não se deve tomar por padrão a forma de agricultura e as atividades que são aplicadas aos países mais desenvolvidos. Para realmente se alcançar o desenvolvimento rural é necessário, conforme enfatizou Machado (2012), considerar a opinião dos produtores, enriquecendo assim a atividade de extensão, passando a haver uma troca ao invés de somente um ensinamento teórico, onde os técnicos passam a desenvolver estudos e teses baseados na realidade já existente para cada produtor atendido. “Os benefícios dos programas de desenvolvimento rural devem considerar a diversidade de atores do rural (pequenos, médios,

grandes produtores) e incluí-los nas diferentes políticas de desenvolvimento.” (MACHADO, 2012, p. 125).

Como vimos, rural não é sinônimo de agrícola, segundo Carneiro (2006), rural é multissetorial, englobando inúmeras atividades, e multifuncional, tendo funções produtiva, ambiental, ecológica e social. Uma questão que se impõe hoje é que a implementação de políticas públicas para o meio rural não está diretamente ligada com a performance do setor agropecuário, já que outras atividades serão realizadas na zona rural não se restringindo as atividades agrícolas, portanto há dificuldade de mensurar o sucesso de tais iniciativas. Conforme Bicalho (2011), há duas formas de abordagem, uma prática e outra teórica. Na prática, são necessárias novas políticas e gestão da diversidade de processos rurais. Na teórica, há a necessidade de novas matrizes e bases teóricas de investigação.

Territórios como São Francisco de Paula não se encontram no centro econômico do mundo, do país, ou da região, por este motivo, é um território tido como passivo no que tange decisões econômicas. Por outro lado, tais territórios são alternativas para manter o desenvolvimento sustentável e as famílias residentes em situação melhor do que se fossem para a área urbana, para tanto são necessários investimentos que disponibilizem condições mínimas e oportunidades para os moradores das áreas rurais. Podemos citar escolas próximas, postos de saúde acessíveis, estradas, luz elétrica, transporte público, acesso ao ensino superior, cursos de capacitação e técnicos, leis específicas para o campo regulamentando o trabalho assalariado nas propriedades e a exploração de recursos naturais.

O país conta com uma legislação específica para questões ambientais, porém não se tem levado em consideração as realidades locais quando se pretende que leis em territórios como o norte e nordeste do país sejam explorados da mesma forma que as regiões sul e sudeste. Recentemente, o estado do Rio Grande do Sul, reconhecendo as realidades locais/regionais distintas, deu poder aos municípios de alterar a legislação sobre as queimadas, conforme julgassem pertinente. Neste caso, é importante que organizações locais reúnam-se a fim de pleitear as alterações de acordo com suas necessidades específicas,

a importância da mobilização e organização dos atores locais/regionais [...] formando coletividades e buscando uma interação com as demais escalas de poder e gestão. Uma interação capaz de criar mecanismos, estratégias, ações e políticas de desenvolvimento territorial [...] (RÜCKERT, 2009, p. 13).

Pudemos, então, perceber a relevância do tema do desenvolvimento rural, extremamente complexo, considerando as interações entre o rural e o urbano levados em consideração quando se objetiva alcançar bons resultados, como maior qualidade de vida para

a sociedade como um todo, por exemplo. Para tanto, as políticas públicas são utilizadas como forma que o Estado seja o promotor do desenvolvimento considerando a diversidade que temos no Brasil. Conforme enfatizado, há a necessidade de se pensar no desenvolvimento rural utilizando-se de financiamentos à agricultura, políticas de extensão, obras, fomento ao desenvolvimento técnico, entre outros, de forma local. É necessário atentar-se para as diferenças locais encontradas dentro de uma mesma região, ou seja, muitas vezes localidades vizinhas necessitam diferenças na aplicação de políticas públicas que visem ao desenvolvimento rural. Portanto, o presente trabalho visa analisar o cenário de São Francisco de Paula, a fim de identificar as políticas de fomento ao desenvolvimento rural que podem ser utilizadas, sem que haja prejuízo do desenvolvimento urbano, ou seja, levando em consideração as interações entre rural e urbano, além de buscar colaborar na ampliação da discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil. Para tanto, serão tomados como base os conceitos utilizados na revisão de literatura aplicando-os para a realidade do município em questão.

3 O PERFIL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA

3.1 Histórico do Município

Há divergências sobre a origem dos primeiros habitantes de São Francisco de Paula. Segundo Barcellos Júnior (1992), a região de São Francisco de Paula era habitada por índios da nação Gê ou Tapuia, sobreviviam da caça, pesca, coleta e de rudimentar agricultura, eram nômades e seminômades, devido às ameaças de inimigos, nação dos Guaranis, a caça e a coleta. A caça desta tribo era feita sempre de forma sustentável, pois buscava nunca abater fêmeas ou filhotes, apenas os machos, garantindo assim a continuação da reprodução das espécies, atividade realizada pelos homens. Cultivavam milho, mandioca, batata doce e abóbora, onde a técnica da coivara (queima da terra para prepará-la para o cultivo) era feita pelos homens, o plantio e a coleta de mel e pinhão pelas mulheres. Tal nação foi praticamente dizimada com a chegada dos bandeirantes, no final do século XVII e princípios do XVIII, que os escravizaram, muitos morreram de doenças transmitidas ou pela ação dos bandeirantes. Os remanescentes dessa nação ficaram conhecidos como Kaingangs, ou seja, moradores do mato, pois passaram a viver nos matos como forma de refúgio.

Porém, alguns autores consideram os primeiros moradores da cidade a tribo dos Caaguas, que sobreviviam da caça e coleta, eram de natureza pacífica, porém eram escravizados pela tribo dos Cainguangues moradores das matas de Caxias do Sul e, quando os bandeirantes iniciaram as viagens ao sul do Brasil, estes foram escravizados e dizimados (KREUTZ, 2006).

Com a descoberta das minas em Minas Gerais, o estado do Rio Grande do Sul passa a ser fornecedor de animais para as minas, assim é inserido na economia do país. Assim começam a descer em busca de mulas os paulistas e lagunistas. Foram, então, utilizadas algumas rotas para o transporte a pé destes animais até que os tropeiros iniciaram uma rota que passava por Santo Antônio da Patrulha e São Francisco de Paula. É com o trânsito destas tropas que se inicia o processo de ocupação do município, então os primeiros sesmeiros passam a ter a missão de povoar a região (BARCELLOS JÚNIOR, 1992). O capitão Pedro da Silva Chaves foi o sesmeiro proprietário das terras onde hoje está inserido São Francisco de Paula. Alguma área de terra foi doada pelo Capitão Pedro da Silva Chaves e algumas reses para que fosse contruída uma Igreja com o nome de Capela São Francisco de Paula, pois o capitão era devoto do Santo. Seu filho, José da Silva Lemes, foi o primeiro religioso a celebrar uma missa na capela.

O território, em 1809, era conhecido como povoado de Cima da Serra no território do município de Santo Antônio da Patrulha. Em 1835 o povoado passou para a categoria de Capela de Cima da Serra. Já em 1852 foi elevado a categoria de Freguesia de Cima da Serra e em 1878 passou a ser Vila de São Francisco de Paula. Sendo então criado o município de São Francisco de Paula pela primeira vez. Posteriormente, em 1889 foi extinto o município, no mesmo ano foi novamente instituído como município. Em 1902 o decreto que o instituiu como município foi revogado, até que ainda em 1902 o município foi, por fim, instaurado. (LUCENA, 1992)

3.2 Características físicas

São Francisco de Paula tem uma área de 3.272,978 km² (IBGE – 2010), sendo um dos maiores municípios do estado do Rio Grande do Sul em extensão territorial, onde a área rural é de 3.082,978 km² e a área urbana conta com apenas 190 km². Está situado geograficamente na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. O município apresenta clima subtropical úmido, com verões brandos e invernos frios e úmidos, com ocorrência de geadas e nevoeiros e, em alguns anos, neve, a temperatura média anual é inferior a 18,5°C. Está situado sobre rochas vulcânicas que originaram a Serra Geral, assim seu relevo é caracterizado por ondulações recortadas profundamente por alguns cursos d'água. Sua fauna é bastante variada contendo até alguns animais ameaçados de extinção. É berço de nascentes com água potável possibilitando a criação de peixes e aves aquáticas e sua altitude é de 970 metros acima do nível do mar. É caracterizado pela formação de pastagens naturais, florestas ombrófilas mistas e densas, com muitas Araucárias (*Araucária angustifolia*), ultimamente esta paisagem tem sido palco para o reflorestamento com *Pinus elliotti*, diminuindo as áreas de campos.

O município apresenta restrições produtivas devido a suas características físicas, o solo é muito ácido e pouco espesso, portanto o uso das terras é um pouco limitado. Também é importante considerar o relevo que apresenta afloramentos rochosos, retringindo a mecanização e o clima que além das baixas temperaturas com as já citadas geadas e neve, também apresenta alto índice pluviométrico e elevada umidade relativa do ar. Devido ao seu alto índice pluviométrico e o solo pouco permeável há a formação de drenagem superficial em todo seu território. Os cursos d'água então são explorados através da construção de barragens, atualmente o município conta com barragens (Divisa, Barragem do Blang e Barragem do Salto) e usinas hidrelétricas.

São Francisco de Paula é hoje dividido em distritos, sendo eles: Cazuza Ferreira, Eletra, Juá, Lajeado Grande, Rincão dos Kroeff, Tainhas e Sede, onde se localiza a cidade, ou

seja, a área considerada urbana do município. A área rural é composta por todos os demais distritos e a divisão territorial ocorreu devido à sua extensão.

3.3 Aspectos demográficos

O número de habitantes total estimado para 2013 pelo IBGE é de 21.408. De acordo com o censo do IBGE de 2010, a população do município totalizava 20.537, sendo que a população na área rural era de 7.533 e a urbana de 13.004. Pouco mais de 50% da população são homens, 10.402 homens e 10.135 mulheres. Aproximadamente 60% dos homens e 70% das mulheres estão na área urbana. A taxa de analfabetismo, considerada alta, é de 7,5%, potencialmente influenciada pela área rural do município onde há pouco ou nenhum acesso às escolas. A taxa de mortalidade infantil é de 14,18 por mil nascidos vivos e a expectativa de vida é de 68,97 (IBGE – 2000).

A PEA do município é de 10.826 (IBGE – 2010), é uma porcentagem de 53% se considerarmos a população 20.537 (IBGE – 2010), a renda média do município é de R\$ 428,14 e a taxa de desemprego gira em torno de 15% a 18% de acordo com dados da Prefeitura Municipal. No Brasil apenas 44% da população é economicamente ativa. O município de Canela com PEA de 20.738 (população total 39.229) onde 53% da população é economicamente ativa e Cambará a PEA é de 3.366 (população total 6.542) representando 51% da população, portanto ambos apresentam comportamento semelhante com São Francisco de Paula. Jaquirana tem PEA de 1.932 (população total 4.177) sendo 46% um pouco inferior a São Francisco de Paula. Por outro lado, Gramado (PEA 19.730 e população total 32.273) e Nova Petrópolis (PEA 12.529 e população total 19.045) apresentam um comportamento muito superior com 61% e 66%, respectivamente. Estas diferenças se dão devido a fatores culturais como famílias em que as mães ficam em casa, fatores sociais como a falta de oferta de vagas no Ensino Superior e oportunidades de emprego efetivamente.

3.4 Economia e sociedade

A economia do município está dividida entre setores primário (agricultura), secundário (indústria – madeireiras e calçadista) e terciário (serviços). O PIB do município é de aproximadamente 327 milhões reais (IBGE – 2010), tem crescido nos últimos 10 anos a uma taxa média de 12%, de 2008 para 2009 a taxa foi de 21% e de 2009 para 2010 de apenas 1%. O valor adicionado da economia tem sido liderado pelo setor de serviços, sendo que apenas em 2009 o setor agropecuário superou o de serviços. Apenas o setor de serviços não apresentou nenhuma queda nos últimos dez anos. É perceptível que o setor agropecuário apesar de ter a melhor taxa média de crescimento, apresenta taxas negativas em 2007 e 2010.

A indústria apresenta a menor taxa de crescimento médio e crescimento negativos nos anos de 2001, 2002 e 2006.

Pode-se perceber que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) – definido por expectativa de vida ao nascer, educação e PIB – do município vem aumentando ao longo dos anos, de acordo com o IBGE em 2010 o índice é de 0,685 (IBGE – 2010) considerado médio. Em 1991 o IDH era baixo, 0,464, já no ano de 2000 o município passou a ter IDH 0,592 já considerado médio.

Com base no Censo Agropecuário de 2006 mais de 80% das propriedades rurais em São Francisco de Paula são propriedades com proprietários individuais, sendo que mais de 90% os proprietários são homens. Em 90% dos estabelecimentos os produtores são proprietários, cerca de 80% dos estabelecimentos têm criação de bovinos, 44% criação de aves, pouco mais de 30% com criação de suínos e em torno de 25% ovinos. Ainda de acordo com o censo agropecuário de 2006 o principal cultivo era o milho em grão, por número de estabelecimentos e quantidade produzida, seguido pela Cana de açúcar em quantidade produzida e pelo feijão de cor em grão em número de estabelecimentos. De acordo com dados obtidos através do Sindicato Rural de São Francisco de Paula o município conta com 2.222 propriedades rurais, sendo que 510 tem entre 21 e 50 hectares e 417 tem entre 51 e 100 hectares.

A produção cultural do município é conhecida por retratar o dia a dia do gaúcho morador da área rural e totalmente envolvido em atividades agropecuárias tradicionais. Possui um ritmo de música típico do município, o único ritmo criado no Rio Grande do Sul, conhecido como Bugio, que é o ritmo do festival nativista o “Ronco do Bugio” que está na sua 22^a. edição.

3.5 Inserção Regional

Como forma de fomentar o turismo do município São Francisco de Paula faz parte de alguns projetos turísticos tais como: “Caminhos da Neve”, onde juntamente com outros 18 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde o objetivo é explorar a cultura e o turismo ecológico de onde há episódios de neve; “Rota Romântica”, juntamente com 13 municípios (São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Presidente Lucena, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado e Canela) mostra aos turistas o dia a dia da vida no campo; “Rota dos Campos de Cima da Serra”, juntamente com outras 7 cidades (Jaquirana, Vacaria, Monte Alegre dos Campos, Bom Jesus, São José dos Ausentes e Cambará do Sul), uma rota para sentir a natureza, conta

com ecoturismo, turismo rural, parques nacionais, turismo de aventura, etc.; “Região das Hortênsias”, onde juntamente com outras 3 cidades (Nova Petrópolis, Gramado e Canela) São Francisco de Paula finaliza o trajeto sendo o símbolo da cultura gaúcha no dia a dia e das belezas naturais. Tais projetos inserem o município em rotas turísticas de extrema importância, fazendo com que a divulgação do potencial turístico do município seja mais abrangente.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) são conselhos onde são discutidas ações para o desenvolvimento regional. O COREDE das Hortênsias, no qual São Francisco de Paula está inserido, é constituído por Cambará do Sul, Canela, Gramado, Jaquirana, Nova Petrópolis e Picada Café. O COREDE das Hortênsias é a 19ª. região do Estado, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Sócioeconômico (IDESE) que tem como objetivo avaliar o nível de desenvolvimento do estado e municípios. Os municípios apresentam comportamento semelhante nos quatro quesitos analisados – educação, renda, saneamento e domicílios, saúde – com exceção da saúde em que somente São Francisco de Paula não apresenta nível alto, mas médio. Há oportunidades de melhoria também nos índices de Domicílio e Saneamento em que São Francisco de Paula juntamente com os demais municípios da região apresentam um baixo IDESE.

Além disso, São Francisco de Paula faz parte da Microrregião Vacaria, juntamente com outros 14 municípios, e da Mesorregião Nordeste Rio-Grandense, juntamente com outros 54 municípios integrantes das microrregiões de Caxias do Sul, Guaporé e Vacaria. Estas subdivisões têm como intuito facilitar as formulações de políticas públicas.

3.6 O papel do governo local

O papel do governo local está detalhado no artigo 30 da Constituição Federal do Brasil de 1988, sendo ele legislar sobre os interesses locais através da Lei Orgânica, instituir e arrecadar determinados impostos. A prefeitura, portanto, tem autonomia para regular assuntos de acordo com a realidade local ou em caso de omissão de outra esfera e também nas áreas que tradicionalmente são objetos de políticas públicas de competência comum entre governo local, estado e União, dentre as quais estão inclusas produção agropecuária, educação e saúde (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas podem ser classificadas em: estrutural ou conjuntural no que tange à natureza; universais, segmentais ou fragmentadas conforme a abrangência; distributivas, redistributivas ou regulatórias quanto aos impactos que podem causar. O que se propõe para o governo local no caso de São Francisco de Paula são

políticas públicas estruturais que interfiram nas relações estruturais como renda e emprego através da pluriatividade, onde as propriedades rurais serão capazes de gerar mais renda e potencialmente prover mais empregos. A abrangência poderia ser inicialmente segmentada, pois diretamente afetará os moradores da área rural através de investimentos em infraestrutura como estradas, transporte e maior acesso a educação, e, por fim, serão políticas universais já que, indiretamente, vão interferir na população como um todo.

O governo local também deve atentar-se aos subsídios que podem ser de grande valia para o desenvolvimento rural, onde com algum suporte é possível que produtores progridam mesmo realizando a agricultura tradicional, porém o ideal é que haja subsídios visando a independência dessas propriedades no futuro, então o ideal é que haja fomento à pluriatividade. A questão do subsídio à agricultura tornou-se pauta de infindáveis discussões acerca da validade de tal política, argumenta-se que os subsídios serão intermináveis, pois estes sustentam a agricultura, já que hoje a rentabilidade da agricultura familiar tem enfrentado diversas barreiras. Porém, Veiga (2000) sugere que o ideal é buscar os modelos de subsídios utilizados por países hoje desenvolvidos como, por exemplo, os Estados Unidos, onde no século XIX definiu seu modelo de subsídio a agricultura familiar a fim de manter a população no campo e hoje esta população, antes muito abaixo do patamar econômico médio do país, encontra-se nele ou até acima dele, fazendo com que o subsídio não seja essencial para exercer tal atividade devido à pluriatividade que o governo proporcionou através do subsídio, visando o desenvolvimento a longo prazo. É necessário dar suporte à agricultura como fazem os países desenvolvidos, mas não se deve copiar o modelo de agricultura, baseado na monocultura, pois a riqueza de produtos que a nossa agricultura familiar apresenta não pode ser desperdiçada. Conforme Carneiro (1997), “Quando se trata de importar modelos adotados em outros países, é importante lembrar as especificidades das conjunturas e os contextos históricos de cada realidade”.

O desenvolvimento rural nos remete a uma territorialização do desenvolvimento que pressupõe um entendimento das especificidades locais frente às estratégias de globalização econômica segundo Klink (2001). Portanto, o papel do Estado, neste caso, é identificar inicialmente qual a sua realidade e considerar os mínimos detalhes no que se refere ao espaço rural do município a fim de identificar suas maiores necessidades buscando o bem-estar da população residente no campo. O foco do governo local pode ser embasado em um dos objetivos do PRONAF: “investir na viabilização de condições de produção e na melhoria da

qualidade de vida das famílias de agricultores familiares, fortalecendo a infraestrutura física e social no meio rural” (PRONAF, 1996, p. 14).

De acordo com os dados da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), orçamento do município tem sido maior que 40 milhões de reais nos últimos anos e em 2013 o orçamento total foi de 42.6 milhões de reais. Foram reservados para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a qual está vinculada à Secretaria Municipal da Agricultura, somente 517 mil reais, sendo 447 mil reais para a manutenção da secretaria. Apenas 70 mil vão para o Convênio com a Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que visa o atendimento a pequenas propriedades rurais, onde são ministrados cursos, este valor é gasto também com transporte e material para que tais ações sejam feitas. O que se vê, portanto, é a reserva de pouquíssimos recursos para o desenvolvimento da agricultura, seja ele de curto ou longo prazo. Em torno de 12 milhões de reais são destinados para a Secretaria de Obras e Transporte, incluídos neste estão 250 mil reais que são destinados ao Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a aquisição de máquinas. Tais recursos não são suficientes para atingir todo o extenso território rural do município, onde deveríamos ver uma melhora nas estradas do interior do município.

O cenário econômico e social é extremamente dinâmico, portanto para manter-se a identidade social e econômica de um território, neste caso um município, é necessário uma mudança na estratégia de desenvolvimento para acompanhar as mudanças sociais e econômicas da sociedade. O que se pode perceber com base nos dados analisados é que São Francisco de Paula, apesar de ter havido mudanças na sociedade e em sua economia tais como o aumento do PIB, o aumento populacional tímido, a sazonalidade afetando seriamente a agricultura, os investimentos mantiveram-se com as mesmas características, em torno de apenas 60 a 70 mil reais para o convênio com a EMATER. Em um município onde a população se divide em 60% na zona urbana e 40% na zona rural, espera-se que o Estado dedique-se a práticas que atinjam a população, portanto se espera uma maior atenção para o desenvolvimento rural. Como citou Bresser-Pereira (2006), o Estado é o instrumento da nação para ações coletivas, as ações do estado, portanto não poderiam ser voltadas somente para a área urbana, no município em questão vemos poucos recursos destinados para outro fim que não as despesas com os gabinetes e despesas urbanas.

Para se interferir diretamente no processo de formulação das políticas públicas é necessário que se identifique as possibilidades e espaços existentes, as dificuldades e limites da atual prática, levando em conta as indicações de caminhos em que se possam contruir

propostas articuladas de políticas de desenvolvimento integrado e sustentável (TEIXEIRA, 2002). É necessário que se explore as alternativas existentes de realocação de recursos públicos, consultando a população para definir as prioridades em busca da maximização de bem estar no campo e desenvolvimento econômico.

“As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis.” (TEIXEIRA, 2002, p. 3). O que se espera, portanto, do governo local é uma maior atenção para a área rural do município, pois esta é vulnerável hoje devido a sazonalidade da agricultura tradicional demandando assim alternativas para que esta vulnerabilidade seja minimizada através da pluriatividade. De forma que as externalidades ruins, como o aumento da periferia na zona urbana, também sejam minimizadas. É necessário que o poder público do município atente-se às necessidades do seu povo, parte-se da premissa básica de que obras poderiam ser feitas para manter e melhorar a infraestrutura, saúde, bem como haja investimentos a fim de aumentar o acesso a educação que hoje em dia encontra-se dificultado, como transporte, melhoria de estradas, formação de professores residentes na área rural.

Quando não for possível utilizar alternativas, como a pluriatividade, que minimizem os efeitos da sazonalidade da agropecuária é necessário que se criem alternativas para os trabalhadores sazonais, que serão inevitavelmente dispensados em determinado período do ano e recontratados em outro, impedindo que estes se marginalizem ou engrossem as zonas periféricas das cidades próximas, ou sejam escravizados por falta de recursos em alguma propriedade em local remoto.

O serviço é o principal gerador de renda do município, é interessante que a agricultura também englobe os serviços para uma maior geração de renda. O turismo rural tem sido responsável pelo aumento de renda gerado pelo serviço, já que nos últimos 10 anos houve o surgimento de 9 hotéis e pousadas rurais. Outra alternativa é introduzir produtos de alto valor agregado como o queijo serrano, maximizando a geração de renda, promovendo o desenvolvimento econômico e diminuindo o êxodo rural, pois há aumento do bem-estar da população do campo.

Por fim, o que se espera é que o governo local ouça sua população rural, realocando recursos a fim de subsidiar e fomentar a agricultura familiar, seja abrangendo o alcance de linhas de financiamento, aumentando as atividades de extensão que visem a pluriatividade nas propriedades, promovendo a educação sem que os residentes tenham que sair do campo, melhorando a infraestrutura e acesso a tratamentos de saúde.

4 A ANÁLISE DO MUNICÍPIO

4.1 O Produto Interno Bruto municipal e o setor de serviços

O PIB do município, conforme já foi citado, é de 326.804 milhões de reais a preços correntes de 2010 de acordo com o censo de 2010 do IBGE. Abaixo segue gráfico com a evolução do valor adicionado a preços correntes:

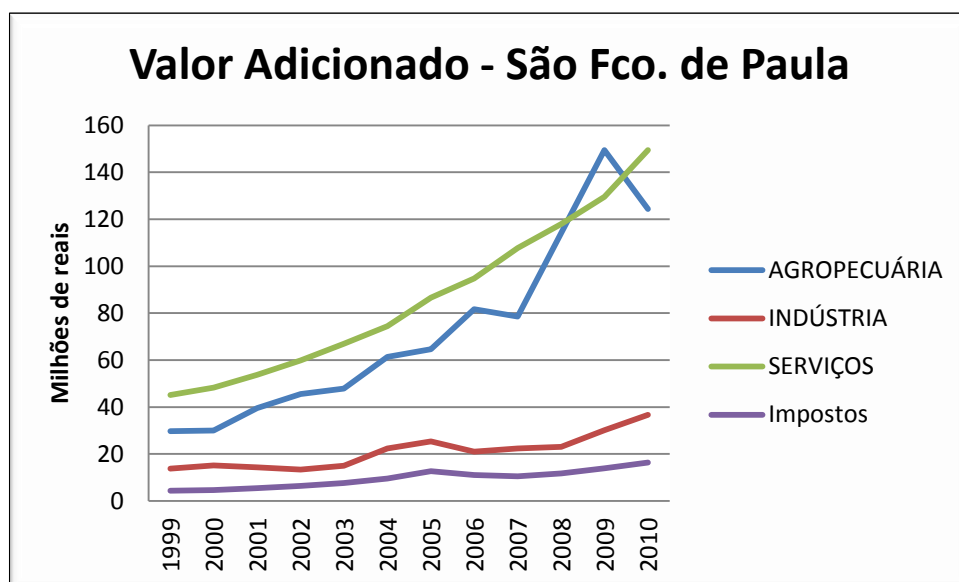


Gráfico 1: Valor adicionado por setor de São Francisco de Paula

Fonte: IBGE

Nos últimos anos, entre 1999 e 2010, o PIB do município tem crescido a uma taxa média de 11% ao ano. Os serviços representam para o município em média, nos últimos 11 anos, até 2010, a metade do valor adicionado da economia, enquanto a agropecuária representou em média 30%. Analisando o valor adicionado de serviços, percebe-se que estes sofreram aumento em termos absolutos de 1999 até 2010. Comparando-se o setor de serviços com o setor de agropecuária nota-se que o setor de serviços é menos sazonal que a agropecuária e com a exceção do ano de 2009 o setor de serviços sempre superou o agropecuário.

Desta forma, percebe-se a importância de se investir neste setor, já que com um bom desempenho nos serviços é racional considerar o comportamento mais constante do PIB municipal. Ao invés de praticar políticas que diminuam ainda mais a importância da agricultura, visando somente o setor de serviços, deve-se agregar os serviços aos atuais espaços agrários tendo em vista a geração de renda.

Os impostos arrecadados praticamente se mantém, a indústria apesar de apresentar um leve aumento, em termos relativos, perde importância no todo. Já, os setores de serviços e agropecuário têm apresentado aumento, com a exceção de 2009 para 2010, quando o setor

agropecuário sofre uma queda brusca. Daí, percebe-se a importância de agregar serviços ao setor agropecuário, os quais acabam por auxiliar a agropecuária, já que com a geração de renda há, então, a possibilidade dos proprietários utilizarem os recursos gerados pelos serviços para a agropecuária, tornando-a moderna e minimizando os fatores que a fazem tão oscilante.

Com relação à arrecadação, podemos citar a relevância do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) que corrobora com a tese de que os serviços tem se tornado cada vez mais importantes para o município. Conforme vemos abaixo no gráfico do valor arrecadado de ISSQN anualmente até 2011, pode-se perceber que o crescimento da arrecadação tem aumentado consideravelmente, mesmo com a queda em 2010. O patamar atual é muito superior ao que se encontrava até 2008. O aumento abrupto em 2009 deve-se ao início da construção de 3 hidrelétricas em São Francisco de Paula, a queda em 2010 é explicada pelo término da construção de uma delas. Desta forma, o governo local passa a ter mais recursos para investir na infraestrutura, para subsidiar e auxiliar as interações entre urbano e rural de uma forma geral.

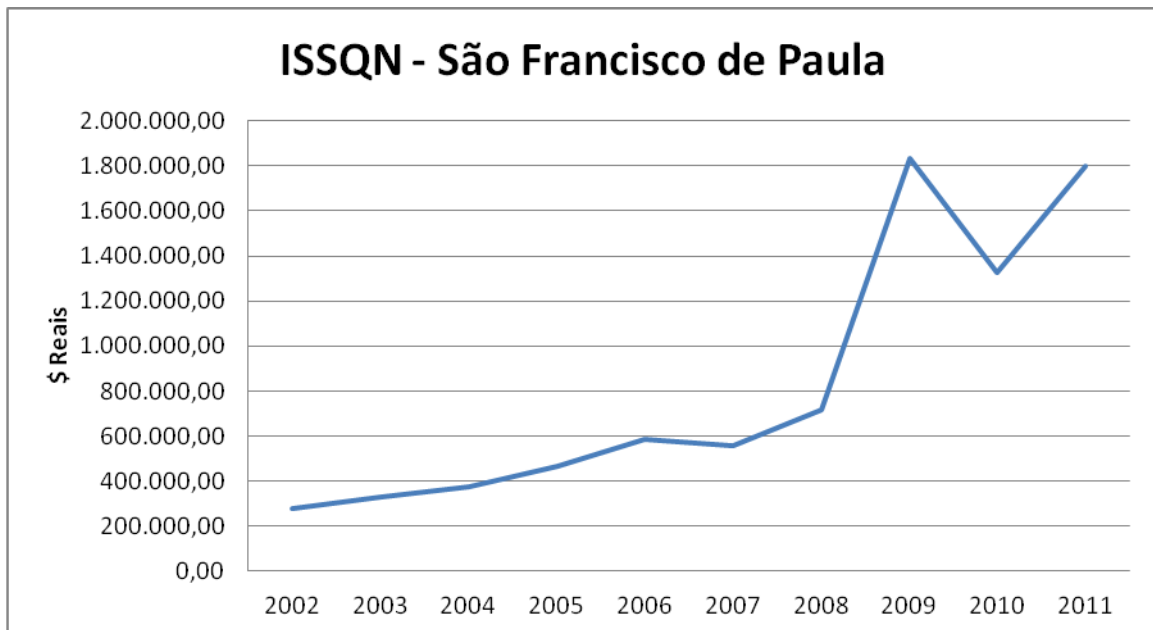


Gráfico 2: Arrecadação de ISSQN de São Francisco de Paula

Fonte: Tribunal de Contas da União

4.2 A importância do turismo

Conforme visto no ítem anterior, os serviços são de suma importância para o PIB municipal, estes, por sua vez, estão extremamente ligados com o potencial turístico do município. O município expandiu seu potencial turístico nos últimos anos, pois como apresentado na seção 4.1, os serviços vem sendo a principal fonte de geração de renda do

município, muito devido ao turismo. De acordo com a Secretaria de Turismo do Município, em 1998, São Francisco de Paula contava com apenas 16 estabelecimentos de hospedagem e hoje conta com 27, sendo apenas 1 localizado na área rural em 1998 e em 2013 o município já conta com 10. Eram 350 leitos, sendo que nenhum tinha calefação. Hoje são 931 leitos e 385 com calefação. Com relação aos restaurantes e bares, em 1998, eram apenas 7 e hoje já são 29 estabelecimentos. Os dados acima justificam o crescimento dos serviços ao longo dos anos, principalmente os serviços ligados ao turismo, motivados por temas rurais como turismo de aventura e turismo ecológico levados principalmente pelas trilhas de motos, de jipes, concursos de orientação e eventos holísticos que tem ganho expressão nos últimos anos no município e o turismo gastronômico, que tem ganho abrangência com a abertura de mais restaurantes e as mudanças em seus horários de atendimento. Além das grandes alterações nas quantidades, um grupo de empresários juntamente com a prefeitura municipal, que funcionou até o ano de 2010 se organizaram para que o comércio abrisse aos sábados a tarde e aos domingos, que houvesse postos de gasolina e borracharias 24 horas.

Quando se fala nos projetos turísticos em que o município está engajado é necessário que se faça uma análise no que tange a lacunas que o município apresenta com relação aos demais. Podemos citar como exemplo a “Região das Hortênsias”, onde também estão os municípios de Canela, Gramado e Nova Petrópolis, municípios em que o turismo é uma das principais atividades econômicas. O foco é voltado em sua maioria para a área urbana, explorando alguns recursos naturais, mas sempre próximos das áreas urbanas, onde se tem a maior parte da infraestrutura. São Francisco de Paula é o último município do roteiro e é o lugar mais rústico, sendo, portanto, diferente dos demais. Apesar de o município contar com inúmeros pontos turísticos com belezas naturais, estes nem sempre estão localizados próximos a área urbana e tampouco tem infraestrutura que possibilite uma visita tão tranquila e fácil quanto os municípios que o antecedem no roteiro.

Situação semelhante ocorre na “Rota Romântica”, juntamente com São Leopoldo, Novo Hamburgo, Estância Velha, Ivoti, Dois Irmãos, Morro Reuter, Santa Maria do Herval, Presidente Lucena, Picada Café, Nova Petrópolis, Gramado e Canela, onde todos os municípios são mais urbanos e apresentam uma boa infraestrutura aos seus turistas. Pretende-se que São Francisco de Paula mantenha seu perfil rústico, voltado para a área rural, porém que dê as melhores condições possíveis para seus turistas buscarem o melhor da natureza com conforto como se tem nas cidades que antecedem nesta rota. Por outro lado, na “Rota dos Campos de Cima da Serra”, onde também estão Jaquirana, Vacaria, Monte Alegre dos

Campos, Bom Jesus, São José dos Ausentes e Cambará do Sul, o município poderia visar um diferencial, pois há nesta rota alguns municípios que apresentam problemas semelhantes aos de São Francisco de Paula.

Um dos atrativos do município é o turismo campeiro, onde é possível vivenciar o dia a dia do campo e os costumes gaúchos. Alguns pontos turísticos carecem de infraestrutura para facilitar o acesso. Podemos citar como exemplos a Barragem do Salto, Barragem da Divisa (Blang), Passo do Inferno, Passo da Ilha, Passo do “S”. Com a melhora da infraestrutura nos pontos turísticos localizados no interior do município seriam potencializadas as oportunidades de agragação de serviços nas proximidades. O que se sugere é que as estradas sejam pavimentadas ou, ao menos, mantidas as condições de tráfego, para que os passeios turísticos se tornem mais agradáveis e seguros aos turistas. Assim se evitaria o impacto causado pelas diferentes realidades dentre os municípios turísticos da região.

Comparando-se São Francisco de Paula com os demais municípios do roteiro da Região das Hortênsias, percebe-se uma falta de infraestrutura que leva à diminuição das visitas turísticas ao município. Por outro lado, para o turista que busca aventura tem o Parque das Cachoeiras a 5 minutos do centro da cidade onde há a oportunidade de seguir as trilhas para chegar até lindas cachoeiras, mas com ruas pavimentadas e iluminação pública até a entrada do parque. Assim como o Lago São Bernardo que é muito utilizado para os esportes náuticos e fica no centro da cidade, onde foram gastos em torno de 10 mil reais para a manutenção da infraestrutura em 2012. O que se espera é que haja infraestrutura homogênea para todos os pontos turísticos do município, evitando que haja mais oportunidades somente próximo a sede, visando uma expansão de pontos comerciais voltados aos turistas também na área rural.

A interação entre urbano e rural precisa ser potencializada, pois um mesmo turista que para na sede do município para conhecer um restaurante com a típica culinária gaúcha pode aproveitar e conhecer algum ponto turístico mais distante. A Festa do Pinhão que vai para sua 17ª. edição é um exemplo de como engajar turismo, pois a festa atrai inúmeros visitantes, valorizar a gastronomia local, na festa há estandes de comerciantes locais, onde é uma ótima oportunidade para novas associações e a cultura regional, promovendo também a preservação da flora nativa da região, as araucárias. A comunidade, ou seja, os proprietários de hotéis no município e comerciantes já iniciaram um importante processo de mudança cultural, mudando os horários em que o comércio fica aberto a fim de melhor atender aos turistas. Como resultado houve uma maior arrecadação de ISSQN do município, enfatizando a importância

dos serviços para a economia. Além de pleitear junto a prefeitura a separação do Ronco do Bugio e da Festa do Pinhão, para que ambos sirvam de motivação para atrair mais visitantes. O Ronco do Bugio, por sua vez, é um dos mais importantes festivais gauchescos do estado, promovendo o ritmo de música típico da cidade, sendo esta mais uma oportunidade para divulgar a cultura, a sociedade local e ainda promover um maior dinamismo econômico. Através de eventos é que será possível promover a cidade para atrair recursos e também investimentos privados para o município. O município carece de eventos como a Colheita da Macela, que também movimentava o município durante um final de semana em março. Onde o comércio, hotéis e restaurantes tem, mais uma vez, a oportunidade de receber um número maior de visitantes. Para que tais eventos tenham sucesso é necessário um engajamento entre empresários, comerciantes e prefeitura municipal para que não haja falta de abastecimento e a infraestrutura à disposição suporte o evento. Essas são formas de fomento para o turismo local da prefeitura.

Efeito multiplicador entende-se por um fenômeno onde as variáveis exógenas interferem em variáveis endógenas. Como exemplo, quando a renda nacional aumenta em resposta ao aumento dos investimentos. No caso de São Francisco de Paula temos que o pinhão tem um apelo turístico muito forte no município, sendo este vastamente conhecido pela festa do pinhão. Assim muitos turistas vem a São Francisco de Paula buscando encontrar a gastronomia típica em que se utiliza o pinhao. Também buscam visitar a cidade durante as duas semanas em que ocorre a Festa do Pinhão. Desta forma, o que se tem é um aumento da arrecadação do município, um expressivo número de turistas visita o município motivados pelo apelo que tem a gastronomia típica do município em que a base é o pinhão.

4.3 As políticas públicas e as interações entre o urbano e o rural

São Francisco de Paula é um território de adaptação agrícola, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não urbanas. Portanto, rural e urbano não podem mais ser vistos separadamente, nem como iguais, tampouco como opostos. Para uma localidade prosperar é de extrema relevância que esta considere a totalidade de seu território em suas políticas de desenvolvimento, bem como promova o desenvolvimento social nas zonas rural e urbana. São Francisco de Paula é uma pequena cidade e um grande município, ou seja, é um território com uma vasta área rural que necessita de atenção, tanto quanto a área urbana.

Para que as taxas de desenvolvimento sejam mais altas é necessário que o município esteja inserido na economia de forma que a concorrência esteja presente. Um problema que

São Francisco de Paula apresenta é a sua distância dos grandes polos, dificultando, assim, o comércio de produtos agrícolas. Podemos citar também a extensão de seu território, além das estradas precárias e sem manutenção que alguns distritos mais distantes apresentam, todas estas características dificultam a comercialização dos produtos agrícolas e a inserção destes territórios na pluriatividade. As ações que o governo local poderia tomar para contribuir com o desenvolvimento, neste caso, é investir constantemente em estradas e subsidiar de alguma forma o transporte dos produtos, promovendo a comercialização também na sede do município. Sabe-se que os recursos disponíveis para um município são escassos, portanto uma boa solução para substituir os subsídios seria a integração dos produtores, para que estes fossem ao mercado com uma quantidade de produtos agrícolas que fosse relevante aos compradores, aumentando o poder de barganha e aumentando o interesse dos compradores virem até a região. De forma mais organizada também seria possível que o comércio da cidade fosse somente abastecido de produtos do interior do município, minimizando, também, os custos com o transporte neste caso. Estas ações todas podem ser fomentadas através de iniciativas da prefeitura promovendo o encontro dos agricultores e auxiliando na formação de associações.

Uma preocupação que não se pode abandonar é o êxodo rural, quando moradores do campo migram para as cidades. Infelizmente, São Francisco de Paula não está livre deste fenômeno e este se torna ainda mais preocupante, pois a indústria na zona urbana não tem grande expressão, assim o município acaba perdendo sua PEA para os municípios vizinhos, dado seu baixo dinamismo econômico. Na sede do município somente os serviços poderiam ser considerados como alternativa para as pessoas vindas do campo. Locais como o interior de São Francisco de Paula são vistos como alternativa para conciliar bem estar e atividade econômica por muitos, porém para a maioria é apenas um lugar para ter contato com a natureza e para descansar por uma determinada estadia. Conforme o apelo que a cidade traz em termos turísticos, é uma boa oportunidade para investidores privados criarem hotéis e pousadas no interior do município. A demanda por estes estabelecimentos pode ser comprovada com a análise da lotação dos hotéis do município que passam poucos finais de semana com leitos vagos. Para se atrair investidores privados é necessário que inclusive os pontos mais remotos do município disponibilizem acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e infraestrutura. Tais serviços são de responsabilidade em conjunto da União, estado e governo local.

Devido a complexidade de identificar as necessidades da área rural dos municípios é necessário que a comunidade local se engaje e em conjunto faça solicitações ao governo local. O que se propõe é que se formem conselhos distritais com o objetivo de diagnosticar as prioridades para cada distrito e assim facilite as ações governamentais. A exemplo do grupo de empresários do turismo que se engajaram com a Associação Comercial do município e conseguiram fazer com que a prefeitura e os demais comerciantes alterassem suas rotinas para o desenvolvimento do turismo.

Para buscar o desenvolvimento rural como um todo é necessário que se vise a abrangência de políticas públicas como o PRONAF, o convênio com a EMATER e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Porém, conforme já foi enfatizado, é necessário que se atente aos investimentos em infraestrutura, pois de nada adianta ter crédito para produção, obter treinamento e ter máquinas à disposição se o escoamento da produção não é possível ou não é fácil. Portanto, o que se propõe é que o convênio com o MDA disponibilize máquinas para manter e melhorar as vias da área rural do município. Para determinados autores o desenvolvimento que deve ser almejado é o desenvolvimento sustentável, que, conforme o já citado Pierce (1998), abrange uma combinação de desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e político. Desta forma, o caminho que se poderia percorrer é a disponibilização das mesmas condições no espaço urbano e rural, portanto espera-se que as mesmas regras e leis sejam respeitadas, que a população rural também tenha representantes políticos, quanto ao desenvolvimento ambiental, é necessário ensinar alguns conhecimentos básicos aos agricultores familiares, porém, em geral, estes já têm costumes ambientalmente corretos, o desenvolvimento social, por sua vez, poderia ser o principal foco sendo assim devem ser disponibilizados acesso à educação, saúde, recolhimento do lixo seco, já que o lixo orgânico normalmente é reaproveitado. Desta forma, os habitantes do campo e da cidade viveriam com o mesmo suporte do estado.

São Francisco de Paula tem sido palco de transformações no seu meio rural com a formação dos chamados desertos verdes, “são grandes áreas cobertas por vegetação introduzida artificialmente pelo homem, seja por reflorestamentos com espécies não nativas, seja por plantações em larga escala.” (LOPES, 2013). O reflorestamento com o *Pinus Elliotti* é um bom exemplo, este tem se difundido pela região devido ao estímulo recebido pelos produtores e proprietários de terras da indústria de madeira, celulose e papel (AGUIAR, 2011). Como consequência foram plantados inúmeros hectares de terras pelo interior do município com *Pinus Elliotti*, onde antes havia campo aberto. O reflorestamento

desregulamentado utilizando esta árvore que não ocorre naturalmente na América do Sul (AGUIAR, 2011) transformou a paisagem do município. É necessário que as áreas reflorestadas sejam fiscalizadas para que se mantenha o desenvolvimento sustentável e se impeça que haja degradação do território, não prejudicando a indústria madeireira da região. Desta forma, o que se busca é o desenvolvimento econômico sustentável. Também, desta forma, o que se busca é o desenvolvimento econômico sustentável.

A transformação que vemos hoje em São Francisco de Paula também se deve a mecanização do campo, onde muitos proprietários arrendam suas terras para o plantio de monoculturas. É necessário regulamentar e fiscalizar adequadamente os plantios de monoculturas, pois estes acabam degradando o solo, a fiscalização pode ocorrer de forma a orientar que uma mesma cultura seja plantada e replantada diversas vezes na mesma área sem que a terra seja devidamente preparada. Além das culturas utilizadas necessitarem de inúmeros agrotóxicos para serem produzidas, poluindo, então, as águas, tanto da área rural quanto da área urbana.

A concorrência entre os agricultores familiares e as grandes empresas é extremamente desigual, o que se propõe, neste caso, é que se promovam associações de agricultores, obtendo assim melhores condições de concorrer no mercado, a fim de que permaneçam no campo gerando renda ao invés de perderem espaço para as grandes empresas. O governo local pode também fomentar a criação dessas associações para fortalecer a economia do município.

O município apresentou baixos índices de saneamento no último IDESE, sendo esta a maior carência atualmente. É obrigação do governo local prover saneamento básico, portanto é necessário que este seja uma prioridade do governo local, visando o desenvolvimento sustentável, assim seriam minimizados os poluentes em rios e lagos, pois o esgoto precisa ser tratado. Neste caso, temos um exemplo de como a área urbana interfere na área rural, quando a sede do município polui as águas a área rural será necessariamente afetada, trazendo consequências seríssimas, pois as atividades agropecuárias ficam inviabilizadas nestas áreas. Ou quando a área rural com a monocultura polui as águas através da utilização de agrotóxicos, interferindo assim na zona urbana. Portanto, as leis e regras, assim como a fiscalização poderiam ser implementadas e executadas de forma igual em todo o município, visando regular as interações entre as áreas rural e urbana sem que nenhuma seja prejudicada.

O que se busca, portanto, é o desenvolvimento e para alcançá-lo de forma sustentável é necessário que haja fomento para que a agricultura familiar se fortaleça através da pluriatividade ou agregando serviços e atividades não-agrícolas. Para se alcançar a

pluriatividade é necessário que haja uma mudança no pensamento do produtor rural, mas principalmente das políticas públicas que pode ser alcançada através de palestras, cursos, extensão, daí a grande importância do convênio com a EMATER. Porém, a extensão deve ser realizada como uma troca ao invés de somente ensinamentos por parte dos técnicos, pois é necessário que estes considerem a experiência e a opinião dos produtores no momento de aconselhá-los. Com ele é possível ensinar e auxiliar os produtores rurais a introduzir novas atividades a fim de minimizar os efeitos da sazonalidade, os prejuízos pelas mudanças do clima, introduzindo culturas que tenham periodicidade diferentes ou que não sejam tão dependentes das chuvas ou de temperaturas amenas. Já, para agregar serviços nas propriedades rurais é necessário que os produtores estejam dispostos a alterar o dia a dia no campo, pois, por exemplo, para implementar um hotel na propriedade rural a atividade fim passa a ser o turismo. Para se introduzir alguma atividade não agrícola é crucial que alguma pessoa seja destinada para esta, deslocando assim um pouco da atenção para esta outra atividade também geradora de renda. Tanto para introduzir serviços, quanto para uma atividade não agrícola é necessário que haja investimentos que podem vir tanto do governo local quando de investidores privados e, assim aconteçam os tão necessários investimentos em infraestrutura. Enfim, há algumas alternativas para se alcançar o desenvolvimento rural sem que seja necessário que os residentes da área rural se desloquem sedes dos municípios e percam espaço para a agroindústria, arrendem para a monocultura ou optem pelo reflorestamento que são as alternativas hoje existentes no município.

O espaço rural do município pode ser caracterizado como um grande território, pouco populoso, carente de estradas, transporte público, com escolas somente de ensino fundamental ou até a metade deste, quando existentes, cada distrito tem uma sede e algumas pequenas aglomerações de pessoas que podem ser chamadas de povoados, estes com pouco ou nenhum acesso a saúde. Sendo assim, para maximizar a eficiência propõe-se que a estratégias das políticas públicas mantenha a divisão do município entre os distritos.

“Um dos métodos de abordagens mais frequente dos estudos sobre desenvolvimento territorial consiste em comparar regiões cuja dotação objetiva de fatores é semelhante” (ABRAMOVAY, 2007, p. 2). Quando se compara o município com os municípios vizinhos, pode-se perceber que, em geral, São Francisco de Paula apresenta características que o difere dos demais, ficando restritas as políticas públicas que podem ser consideradas para repetir. Como exemplo, podemos citar o município de Canela, onde a área rural não é tão extensa quanto São Francisco de Paula e, portanto, é mais fácil manter a infraestrutura mínima. Além

do município já contar o turismo incorporado, então, muitas vezes, a área rural já tem uma realidade pluriativa, divergindo, então, no que tange ao dinamismo econômico entre os dois municípios. Jaquirana, por sua vez, era um distrito de São Francisco de Paula e foi emancipado em 1989. Hoje conta com uma extensa área rural, ainda que muito menor que seu município mãe. É na área rural que, assim como São Francisco de Paula, está localizada grande parte de sua população, apresentando iniciativas que poderiam ser replicadas por São Francisco de Paula. O transporte público pode ser citado como exemplo, pois há uma linha para transportar moradores do campo para as escolas na sede do município. Tendo em vista a extensão da área rural de São Francisco de Paula, o ideal seria transportar os moradores para as escolas distritais mais próximas que a sede. Quando se tratar de ensino superior, tendo em vista que não há viabilidade para implementar uma faculdade em cada um dos distritos, os estudantes poderiam ser levados até a sede do município a exemplo do município vizinho de Jaquirana. Esta é uma questão pura e simplesmente de priorização dos recursos disponíveis. Assim o governo local estaria promovendo o acesso a educação e indiretamente mantendo estes moradores nas áreas rurais.

A produção agrícola, em áreas de influência urbana, sugere que existem diferentes ambientes agrícolas em processo de transformação: de degeneração agrícola, em que as forças urbanas suplantam as demais e a agricultura declina; de adaptação agrícola, marcado por incertezas e grande variação na atuação das forças urbanas e não urbanas; de desenvolvimento agrícola, onde existem condições para a realização da prática agrícola, em função da existência do próprio mercado urbano regional (BRYANT, 1982).

Busca-se, portanto, uma participação da sociedade civil a fim de identificar as reais necessidades e elencar as prioridades para a área rural do município, sempre avaliando os impactos das políticas a serem implementadas na área urbana. Para que tal consulta seja produtiva, conforme Teixeira (2002), há algumas fases a serem seguidas. Inicialmente se propõe que o município seja dividido conforme os distritos já criados para facilitar a gestão. É necessário, então, consultar os atores sociais a fim de se obter um diagnóstico, onde se identifique dificuldades, barreiras, oportunidades e o potencial. No caso do município em questão, é possível que determinado distrito tenha maior potencial turístico que outro, que a lacuna de infraestrutura seja maior para algum deles, sendo que em outro esta não deva ser a prioridade. É de suma importância que antes de se iniciar a implementação se analise as ações já feitas a fim de não repetir alguma experiência mal sucedida ou abandonar alguma ação que já apresenta resultados, fase esta que, aparentemente, a maioria dos gestores públicos do país

esquece. Posteriormente, é necessário que se promova um debate público em torno das alternativas a fim de enriquecê-las e a partir daí definir o papel de cada instituição, calendário de execução, orçamento e estratégia de execução. Por fim, é relevante que se faça o acompanhamento dos resultados ao longo do processo de implementação, respeitando os parâmetros de avaliação pré-estabelecidos. Assim, teremos políticas públicas eficientes e voltadas para a realidade de cada distrito do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi discutir alternativas para o desenvolvimento do município, explorando economicamente a área rural, e demonstrar a importância das interações entre a área rural e urbana para se alcançar a evolução econômica. Através de uma revisão da literatura, foram identificadas as falhas que o município apresenta com relação aos demais municípios da região; bem como as formas de se alcançar o desenvolvimento local, sempre levando-se em conta a realidade do município de São Francisco de Paula. Município este com evidências de carência de investimentos públicos e privados na área rural. Através de todo o referencial teórico pesquisado sobre o desenvolvimento, desenvolvimento rural, sobre a perspectiva da interação entre rural e urbano e como as políticas públicas influenciam em todo esse contexto, foi possível contextualizar as características do município de São Francisco de Paula e entender seu território, funcionamento e seus desdobramentos sobre a população e o desenvolvimento do município.

Desde a década de 1980, percebeu-se uma gama de conceitos que surgiram como desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, todos buscando encontrar respostas para o dilema atual de sustentar altíssimos níveis de consumo sem perder em qualidade de vida. Uma solução para esta questão está no desenvolvimento rural/territorial sustentável. Assim, mantendo as pessoas no campo através da melhora das condições e oportunidades nesta área, é possível que elas tenham altos níveis de bem-estar, evitando também que as áreas urbanas tenham mais pessoas em sua periferia dependendo totalmente do Estado para sobreviver. A forma de regulação e ação do Estado no campo deve garantir a concorrência, dando possibilidade que pequenos produtores compitam igualmente com grandes empresas.

Para se alcançar o crescimento, é necessário que rural e urbano se desenvolvam, portanto não se pode esperar que as políticas voltadas para a área urbana também desenvolvam a área rural. É necessário que se leve em consideração as interações entre esses dois espaços. O desenvolvimento rural se dá a partir da agregação de serviços, pluriatividade e de bens não agrícolas no espaço rural, agregando valor ao dia a dia da propriedade rural. Os centros urbanos, por sua vez, necessitam a cada dia que uma maior quantidade de alimentos seja produzida, praticamente exigindo o aumento de produtividade no campo, o que pode levar a uma expulsão do trabalhador rural e do proprietário da pequena propriedade. Desta forma, é necessário que se concilie alta produtividade com a pluriatividade e agregação de serviços no campo para que seja possível desenvolver a área urbana sem que a rural seja prejudicada e por conseguinte venha a prejudicar a área urbana. É necessário, portanto, que

sejam conciliados os objetivos dos espaços rural e urbano e a partir daí se formule políticas públicas que estejam de acordo com esta premissa.

As políticas públicas podem sim se voltar ao incentivo da vida na área rural, buscando sustentabilidade e qualidade de vida para a população, através de infraestrutura básica e fomento a iniciativas que agreguem valor as atividades da área rural. Sejam elas alcançadas por meio da diversificação da produção, produzindo produtos coloniais ou incluindo atividades não agrícolas no dia a dia da propriedade. Desta forma, pode-se evitar que haja êxodo rural e assim há uma influência benéfica para a área urbana minimizando que trabalhadores rurais migrem para a zona urbana, que muitas vezes acabam engrossando as periferias. No caso de São Francisco de Paula, as políticas poderiam ser formuladas consultando-se a população, a fim de identificar as prioridades para cada distrito, obtendo assim um diagnóstico completo, além de considerar as ações de municípios vizinhos que obtiveram sucesso.

São Francisco de Paula é um dos maiores municípios do estado em extensão territorial, com muitos recursos naturais, grande potencial hidrelétrico. É notável a importância dos serviços no PIB. Olhando-se para o território de São Francisco de Paula é perceptível a enorme área rural com pequena concentração populacional. Enquanto a área urbana, tem poucas indústrias e uma maior concentração em termos populacionais. Isto nos faz assumir que a área rural tendencialmente continuará a ser de suma importância para a geração de renda do município.

É necessário, portanto, investir na infraestrutura desta área para seja atraente tanto para os munícipes quanto para pessoas e empresas chegadas de fora iniciarem seus negócios ali, assim se evitaria o êxodo rural e, ao mesmo tempo, seria interessante para que os trabalhadores locais vivam neste local. É de extrema relevância que se disponibilize acesso a saúde e educação para manter os moradores destes locais inseridos economicamente no município, tendo uma relação de consumo e dependência da infraestrutura disponível nesta cidade e não nos municípios vizinhos. Todas estas são questões cruciais para quem vive em São Francisco de Paula. Além disso, o município tem forte potencial turístico ainda não totalmente explorado, que com a melhora da infraestrutura se tornaria mais interessante para o surgimento de novos estabelecimentos, inclusive na área rural, voltados para o turismo e prestação de serviços, assim seria possível receber mais turistas e atendê-los melhor.

Os governos locais tem hoje no país o papel de identificar as políticas apropriadas para cada município, a fim de alcançar eficiência atingindo os objetivos de longo prazo, devido a

diversidade que temos hoje no país. Não se pode deixar de lado nesta análise as influências que as áreas urbana e rural exercem entre si. O rural antigamente era visto como sinônimo de atraso; hoje, porém, o desenvolvimento rural é pauta de discussões recorrentes. Hoje, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento já consideram o aspecto dinâmico dos territórios rurais, tão ou mais complexos que as áreas urbanas.

Dessa forma, é importantíssimo o papel do governo local para incentivar o desenvolvimento das potencialidades do município, de forma a promover seu crescimento e desenvolvimento sustentável, através de melhorias na educação, saúde, infraestrutura, melhores condições no meio rural, através de subsídios e programas sociais, fomento à pluriatividade e produção colonial de produtos de alto valor.

Os atores locais tem papel relevante afim de diagnosticar as carências do município. O que se sugere é que estes se reúnam a fim de identificar as barreiras existentes e buscar oportunidades para o investimento tanto público quanto privado e desta forma alcançar todo o potencial do município. São Francisco de Paula poderia fazer uso do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário de forma mais eficiente para que se tenha as máquinas conquistadas através deste mais rapidamente. Também utilizar-se dos benefícios do convênio com a EMATER, a fim de expandir as iniciativas de extensão. Reformular a divisão dos recursos para que se gaste menos com a administração de cada secretaria e haja a realocação destes valores para as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento.

O pinhão, por sua vez, é um produto de extrema relevância para o município, sua expressão não se mostra de forma direta no PIB do município, mas de forma indireta com seu efeito multiplicador. Neste caso o apelo do pinhão atrai inúmeros turistas e, desta forma, é importante que se continue caracterizando a cidade como a terra do pinhão para que se mantenha ações que dão certo hoje.

O que se busca, por fim, é que as políticas públicas fomentem atividades nas áreas agrícolas sustentáveis, para que mantenham a população no campo e agreguem valor ao PIB municipal e, por consequência, à geração de renda do estado e país atraindo também recursos privados. O papel do governo local é agir onde estado e União não conseguem alcançar e tendo em vista a pequena população do município este dificilmente entraria como uma prioridade para estas esferas de poder. Assim, cabe ao governo local tornar o município referência em geração de renda através do turismo e serviços passando assim a ser mais uma das cidades da região a ser lembrada nacional e mundialmente.

Conforme enfatizamos ao longo do trabalho, o governo local tem papel de protagonista no incentivo ao desenvolvimento rural sustentável de São Francisco de Paula, bem como separar a área rural do setor primário. Para que se alcance o crescimento pleno é necessário que se leve em consideração tanto na formulação quanto na implementação de políticas públicas a interação entre urbano e rural quando se trata de um município com a extensão territorial de São Francisco de Paula.

O presente trabalho contribuiu para um olhar diferente sobre a realidade do município de São Francisco de Paula, onde se acreditava ser um local de atividades principalmente relacionadas ao setor primário. Porém, com a análise do PIB, percebeu-se que há muitos anos os serviços tem um maior peso tanto absoluto quanto relativo se comparado com a agricultura. Desta forma, as políticas públicas do governo local de São Francisco de Paula tem a partir deste trabalho uma nova visão para as suas formulações.

Para trabalhos futuros, é possível que se atentem mais às contas públicas do município, fazendo uma reestruturação orçamentária, sendo possível também uma pesquisa de campo para que se faça o diagnóstico das políticas públicas necessárias, analisando sua viabilidade. Outra expansão do trabalho é fazer esta análise para municípios vizinhos, a fim de tentar homogeneizar as políticas para a região.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA, Fo. (Org.). **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alinea, 2007.

A CIDADE. **São Francisco de Paula**. Disponível em: <<http://www.saochico.com.br/acidade.htm>> Acesso em: 02 out. 2013.

AGUIAR, Amanda Virginia de; SOUSA, Valderês Aparecida de; SHIMIZU, Jarbas Yukio. Cultivo de Pínus. **Embrapa Florestas: Sistemas de Produção**, Versão Eletrônica, v. 5, n. 2, p.NA-NA, 01 mai. 2011. Mensal.

ALMEIDA, Jalcione. Por um outro olhar sobre o desenvolvimento Rural. Maputo, p. 5-8, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (org). **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf> Acesso em: 02 de set. de 2013.

BARCELLOS JUNIOR. Origens de São Francisco de Paula de Cima da Serra. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **RAÍZES Santo Antônio da Patrulha São Francisco de Paula Tramandaí**. Porto Alegre: Est Edições, 1992. p. 98-104.

BICALHO, Ana Maria Souza Mello. Resenha do XVIII Annual Colloquium of the IGU – Commission on the Sustainability of Rural Systems. In: BICALHO, Ana Maria Souza Mello; COELHO, Maria Célia Nunes; FERNANDES, Manoel Couto; SILVA, Telma Mendes (Org.). **Espaço Aberto**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2011. p. 180-181.

BRYANT, Christopher R., RUSSWURM, Lorn H.; MCLELLAN, A. G. **The City's Countryside: land and its management in the rural-urban fringe**. Londres: Longman, 1982.

CARNEIRO, Maria J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: Schneider, Sérgio (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2006. p. 165-185.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. , p.70-82, 08 abr. 1997. Semestral. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/carneiro8>>. Acesso em: 29 out. 2013.

CONTERATO, Marcelo Antônio; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In: TONNEAU, Jean Philippe e SABOURIN, Eric (Org.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. 1 ed., v. 1, p. 47-60, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, Sergio e SABBATO, Alberto Di (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2ª ed., p. 17-54, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL (FAMURS). **Informações Municipais** Disponível em: <http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=225> Acesso em: 02 out. 2013.

FEE/CENTRO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS/NÚCLEO DE CONTABILIDADE SOCIAL (Rio Grande do Sul). **Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico**. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 26 out. 2013.

FILIPPI, Eduardo Ernesto. Evolução econômica e institucional do setor primário no Brasil: em direção ao desenvolvimento rural? Maputo, p. 122-135, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (org). **Políticas públicas e desenvolvimento rural: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf> Acesso em: 10 de set. de 2013.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 349 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Departamento de Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Governo Federal. Maara/Pronaf – **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**, Brasília, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas: Unicamp-IE, 1999.

IBGE. **Censo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 01 nov. 2013.

KAGEYAMA, Ângela A. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008. In: LEITE, Sergio e SABBATO, Alberto Di (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2ª ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

KREUTZ, Ivar José. **Qualificação do Manejo dos Campos e da Produção de Queijos no Município de São Francisco de Paula/RS**. Projeto Campos Mapa. Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula. 2006.

LOPES, Noêmia. **O que são desertos verdes**. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/o-que-sao-desertos-verdes>> Acesso em: 01 nov. 2013.

LUCENA, Plínio. São Francisco de Paula - de Freguesia a Município. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel (Org.). **RAÍZES Santo Antônio da Patrulha São Francisco de Paula Tramandaí**. Porto Alegre: Est Edições, 1992. p. 95-98.

MACHADO, Felipe da Silva. Desenvolvimento rural e reestruturação espacial na interação rural-urbana: considerações teóricas. **Geografias**: Revista do Departamento de Geografia e do Programa de Pós Graduação em Geografia IGC-UFMG, Belo Horizonte, n. , p.122-130, 31 dez. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/193>> Acesso em: 01 out. 2013.

MALLMAN, Luciana. **Rio Grande do Sul: Rural ou Urbano?** Uma análise demográfica do Estado com base nos dados do Censo 2010. 64f. Trabalho de conclusão (graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. n.19, 2º sem. 2002. São Paulo: AGB, 2002. p.95-112.

PIERCE, John T. Sustaining Rural Environments: Widening Communities of Knowledge. In: BOWLER, Ian R.; BRYANT, Christopher R. e HUIGEN, Paulus P. (Org.) **Dimensions of sustainable rural systems**. Utrecht: **Nederlandse Geografische Studies** 244, p. 21-44, 1998.

Programa de Educação Ambiental (PROSINOS). São Francisco De Paula. Disponível em: <http://www.portalprosinos.com.br/altas/conteudo_saofrancisco.php?id=geociencias_saofrancisco> Acesso em: 15 out. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Sectur. Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. **São Francisco de Paula.** Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=2&mireg=16&fg=2>> Acesso em: 05 nov. 2013.

RÜCKERT, Aldomar A.; MUNGÓI, Cláudio A.; RAMBO, Anelise G. Reforma do estado e território: perspectivas de pesquisa em espaços periféricos à globalização no Brasil e em Moçambique. Maputo, p. 9-28, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (org). **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf> Acesso em: 05 de set. de 2013.

SCHMITTER, P. C.; WOLFGANG, Streeck. Community, market, state and associations? The prospective contribution of interest governance to social order. In: **Private Interest Government**: Beyond Market and State. Londres: Sage Publications, 1985.

SCHNEIDER, Sergio. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias. Porto Alegre. Vol. 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SOGLIO, Fábio dal.; LEMOS, Valéria Dias da Costa. Maputo, p. Desenvolvimento rural no Brasil: Uma visão ecológica e a interação com ensino e pesquisa. Maputo, p. 136-148, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (org). **Políticas públicas e desenvolvimento rural**: percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf> Acesso em: 01 de set. de 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 27 out. 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE). **Consulta Despesas.** Disponível em: <[http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:74:3586239090791222:::~](http://www1.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=20001:74:3586239090791222:::)> Acesso em: 26 out. 2013.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento:** Natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000.

VIARURAL. **Floresta Nacional de São Francisco De Paula.** Disponível em: <<http://br.viarural.com/servicos/turismo/florestas-nacionais/floresta-nacional-de-sao-francisco/default.htm>> Acesso em: 16 out. 2013.

WAQUIL, Paulo D. Políticas Agrícolas e Agrárias: a Experiência brasileira. Maputo, p. 202-, 2006. In: ALMEIDA, Jalcione (org). **Políticas públicas e desenvolvimento rural:** percepções e perspectivas no Brasil e em Moçambique. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/livros/outras_publicacoes/ebooks/01_ebook_PGDR.pdf> Acesso em: 12 de set. de 2013.